

**Bartolomé Yun Casalilla, *Os Impérios Ibéricos e a Globalização da Europa (séculos XV a XVII)*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2021, 469 p., ISBN 978-989-644-640-6.**

Partindo da premissa de que não se pode compreender a história de Portugal e de Espanha sem considerar a sua dimensão global e imperial, desde o século XV, na obra em epígrafe, o autor pretende, numa perspetiva comparada com outros impérios e sociedades europeias, aferir os impactos sociais, económicos, institucionais e militares que as sociedades e impérios ibéricos tiveram na sua conformação, interna e externa. Com o olhar crítico de quem se debruça com profundidade sobre estes temas há décadas, Bartolomé Yun Casalilla, ao desmontar estereótipos historiográficos pessimistas acerca da presença imperial de portugueses e castelhanos em territórios fora da Europa, apresenta-nos uma válida e bem sedimentada (re)construção da história das economias políticas dos impérios ibéricos, com base na sua organização institucional que, além de refletirem profundamente as relações sociais e de poder, também afetaram as suas economias, bem como a capacidade de mobilizar recursos militares.

Bartolomé Yun Casalilla é, atualmente, professor catedrático de História Moderna na Universidade Pablo de Olavide de Sevilha. Do seu currículo, constam a passagem por diversas instituições universitárias, tanto na Europa como na América, como por exemplo, no Instituto Universitário Europeu de Florença, enquanto professor (2003-2013) e como diretor do Departamento de História e Civilização (2009-2012) no mesmo Instituto, ou ainda como *visiting professor* no Institute for Advanced Study, em Princeton, entre outras. Tem-se dedicado ao longo da sua vida académica e profissional ao estudo da história comparada dos impérios, da aristocracia e das relações entre consumo e globalização. Entre as suas obras mais recentes encontram-se *Iberian World Empires and the Globalization of Europe* (Palgrave-Macmillan, 2019), de que a presente obra recenseada constitui uma tradução abreviada, *Global Goods and the Spanish Empire, 1492-1824. Circulation, Resistance and Diversity* (co-coordenador, com B. Aram, Palgrave-Macmillan, 2014), entre outras.

A presente obra divide-se em 3 partes principais (“Parte I – Os Povos Ibéricos e a Globalização”; “Parte II – Monarquias Compósitas e Instituições”; e, “Parte III – Impérios compósitos e globalização”), seguindo uma ordem cronológica de estreitamento dos temas tratados ao longo dos capítulos. Por se tratar de uma obra que retoma e aprofunda uma considerável variedade de temas já tratados anteriormente em Yun (2004), o autor tomou a pertinente decisão de elaborar conclusões que colocou no fim de cada parte da obra. De forma geral, estas

conclusões ajudam a clarificar a densidade dos temas tratados ao longo dos capítulos de cada uma das partes da obra.

No capítulo 1 – “A Europa, a Ibéria e o Atlântico no século XV” –, o autor convida-nos a uma reflexão comparada do contexto mais amplo, a partir do qual se devem olhar os processos de expansão de Castela e Portugal, negando o excecionalismo histórico com que, por vezes, tem sido estudada a história da Europa e, em particular, da Ibéria, como único epicentro da globalização, bem como enquanto principais responsáveis pela criação de redes de comunicação que principiaram a globalização, por intermédio da expansão do Velho Continente. O desenvolvimento de recursos técnicos e militares, as transformações sociais e económicas, os códigos sociais da metrópole colocados à prova numa nova realidade, as relações de convergência e divergência com os locais e dentro das próprias fações portuguesas e castelhanas, as pretensões comerciais e o sonho de circum-navegar o continente africano para chegar à Ásia, por via marítima, constituem parte dos assuntos tratados ao longo deste capítulo.

No capítulo seguinte, chama-se a atenção para a expansão ibérica, considerando os impactos ecológicos e demográficos destas conquistas, sobretudo, na América espanhola, mas tendo igualmente em conta a expansão levada a cabo por outros países europeus. São consideradas com revelante pertinência as limitações destes processos, tomando como exemplo a “América espanhola” e a “Índia portuguesa”.

No terceiro capítulo, acerca dos “Reinos ibéricos no séc. XVI”, o autor manifesta-se contra o mito do atraso tecnológico ibérico, analisa os ecossistemas e seu crescimento, as economias não dependentes, a evolução das atividades terciárias e secundárias na Península Ibérica (a dinamização do sector industrial, como o têxtil, da construção, etc.; os progressos na ourivesaria e na mineração) e, por consequência, o desenvolvimento urbano ibérico. Contrariando assim o modelo da *économie immobile*, que defendia a ausência de crescimento económico antes da revolução industrial, Yun Casalilla responde de forma clara à questão “Qual o modelo económico e institucional em que se apoiou a expansão ibérica?”. É na multiplicidade de constituições e de práticas políticas, bem como na diversidade interna e fragmentação jurisdicional de toda a Ibéria, que se encontra a resposta a esta questão.

Todos os assuntos densamente tratados ao longo da parte I deste livro, recebem uma revisão, clarificação e sistematização nas “Conclusões da Parte I” que o autor nos cede generosa e pertinentemente.

Na segunda Parte da obra, intitulada “Monarquias compósitas e instituições”, o autor olha as transformações na estrutura financeira e política dos Estados ibéricos, atentando cuidadosamente ao processo de modernização das estruturas

políticas que se operacionalizou no estabelecimento de monarquia compósita, na e fora da Europa.

No capítulo 4 – “Os impérios, problema ou solução –, os impérios, construídos entre fatores de estabilidade nas sociedades ibéricas e muitos desafios, ocupam o centro da reflexão de Bartolomé Yun Casalilla. Entre estes desafios, encontravam-se, por exemplo, as dinâmicas, feitas de pactos e de conflitos, que nortearam as relações entre as elites e o monarca, o papel da Igreja e relações com a Coroa, entre outros. Neste âmbito, o autor chama atenção para o absolutismo e o reforço da capacidade de renovação e consolidação das elites, que procuravam satisfazer as suas ambições expansivas, por intermédio do império. Assim, o império assumiu crescentemente uma função de “bálsamo” das pretensões das elites, quer pela via militar, quer institucional ou eclesiástica. Por exemplo, a estrutura eclesiástica na América espanhola constituiu um elemento de absorção das tensões entre as elites ibéricas (p. 177). Por um lado, verificava-se um aumento do afeto do clero pela Coroa. Por outro, por via da estrutura eclesiástica era garantida a circulação das elites entre as fileiras da Igreja.

No capítulo seguinte, dedica-se atenção a temas que se estendem desde a crítica dos “estereótipos e realidades” que se formaram a respeito das sociedades ibéricas, ao estudo das instituições e de como se reforçaram crenças culturais concretas. Das instituições e o seu contexto à justiça e autonomia jurídicas eclesiásticas, dos sistemas de grémios aos consulados, da corte às relações familiares e clientelares, resulta a análise de um panorama complexo composto por sistemas formais e informais e por uma grande pluralidade de atores associados ao surgimento e cumprimento do direito oficial.

No sexto capítulo – “1600: a globalização primitiva e a Europa” –, Bartolomé Yun Casalilla, partindo da premissa de que “o império foi a solução e o problema para as elites de Castela e Portugal” (p. 239), procura indagar acerca do modo como as elites de outras zonas da Europa lidaram com problemas semelhantes, no que toca à forma como os afetaram e como podem ter condicionado o modelo de crescimento europeu. O autor convida-nos a viajar, pelo século XVI, passando por França (p. 240-243), Inglaterra (p. 243-246), Países Baixos (p. 247-250) e por Itália (p. 250-252). Da interação e concorrência económica entre os diversos países aqui contemplados, Yun apresenta-nos e caracteriza um mundo de 1600-1630 profundamente marcado pelo aumento da concorrência nas relações económicas internacionais, pela influência decisiva da religião nas instituições e no seu desenvolvimento material, pela velocidade a que se geravam formas de integração e pelo desenvolvimento de redes informais fundamentais, que se baseavam em relações impessoais e de vínculos fracos, bem como em relações familiares ou de cooperação não dependentes do Estado.

Nas conclusões da parte II, sistematizam-se as “Forças e fraquezas da Monarquia compósita”, considerando a trama de unidades políticas dispersas mescladas com relações familiares e clientelares que caracterizaram esta monarquia, sem perder de vista as realidades políticas que semelhantemente se viviam em outros países da Europa.

Na última e terceira parte desta obra – “Impérios compósitos e globalização” –, Yun Casalilla estuda o sistema complexo que se criou entre Portugal e Castela por causa da União das Coroas entre 1580/81 e 1640-1668, tendo em conta aspetos fundamentais das duas formações imperiais no seu conjunto, as relações entre este complexo imperial e o processo de globalização e, sobretudo, o desafio que este contexto representou para uma monarquia compósita e dinástica.

No sétimo capítulo, “O império compósito hispano-português 1598-1640”, o autor reflete acerca das especificidades e interligações entre os impérios português e castelhano, nomeadamente ao nível da sua organização política e administrativa autónomas. Na sua análise, o autor destaca o modo como a atuação das redes sociais (assentes em vínculos familiares e vínculos de cultura, identidade e pertença) e das instituições e relações informais se assumiram como “nicho propulsor” para a operacionalização e funcionamento das instituições formais ibéricas no(s) império(s). Os crescentes problemas internos bem como as pressões exercidas externamente tornar-se-iam, progressivamente, o “calcanhar de Aquiles” da monarquia ibérica que conduziria a “guerras globais” e, por fim, à rutura entre Portugal e Castela, assunto tratado longamente no oitavo e último capítulo da obra.

Neste capítulo, o autor atenta ao “princípio da sua decadência, mas também da sua transformação” (p. 351). De acordo com o autor, Castela vivia uma grave crise económica e política e Portugal, por intermédio da restauração, cessou os pactos estabelecidos com a monarquia Habsburgo, em 1640. Este conflito de interesses repercutiu-se também na sua dimensão imperial, bem como nas relações com outras nações europeias, ainda que não tendo inviabilizado a sobrevivência de macroestruturas multipolares, como nos diz o autor.

Nas conclusões da parte III – “Impérios e lendas” –, o autor conclui objetivamente que o grande problema dos impérios português e castelhano foi a sua própria estrutura e o contexto em que se inseriram. Lançaram a “globalização europeia” sem saber quão árdua e complexa esta acabaria por se tornar. De acordo com Bartolomé Yun Casalilla, os impérios funcionaram como “trampolim” para a formação de redes globais de indivíduos, com um carácter híbrido – comerciantes, funcionário, clérigos, etc. –, que atuavam em benefício próprio, o que, por consequência, se repercutiu no funcionamento das instituições formais dos impérios que nem sempre atuaram em concordância com os interesses dos governantes.

No epílogo, o autor questiona “Impérios falhados?” patente no título do capítulo. Nega, por um lado, a visão pessimista acerca do estudo dos impérios ibéricos, e, por outro, o seu excecionalismo histórico, Yun Casalilla afirma que “(...) a forma de entender melhor estes impérios seja fixarmo-nos nas suas especificidades no contexto histórico concreto e em relação aos seus concorrentes do momento” (p. 413). No fundo, ressalta que, de facto, o carácter compósito da monarquia constituiu o ponto forte e fraco do complexo imperial luso-espanhol e que a chave da relativa eficiência dos impérios ibéricos decorreu de forma estreita das instituições, redes e relações informais que se formaram, nomeadamente no campo mercantil.

Conclui-se que, além de uma obra de grande pertinência, *Os Impérios Ibéricos e a globalização da Europa (séculos XV a XVII)*, de Bartolomé Yun Casalilla, possui elevada qualidade científica, rompe com visões historiográficas estereotipadas e pessimistas da realidade histórica, cruzando diversas linhas de investigação, numa análise atenta ao micro e ao global, às conexões e ruturas, às redes e (i) mobilidade.

Ao considerar os impérios ibéricos no seu todo, acaba por dedicar análises mais detalhadas ao império castelhano, em detrimento do português, limitação que se compreende pelos temas a que se tem dedicado ao longo da sua carreira académica. Trata-se de uma obra de referência e contributo considerável no que toca à história conectada e comparativa entre os dois impérios, inclusive durante o período de união das coroas. Não encerra de forma alguma a diversidade de problemáticas tratadas ao longo da obra, ficando aberto um vasto campo de possibilidades de investigação a dar continuidade em futuros estudos.

GABRIELA NÓBREGA  
Universidade de Coimbra, CHSC  
agabrielanobrega95@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0001-5055-4130>